

Por: Joselina da Silva.

*Luiza Mahin, Chefa de Negros Livres
e a Preta Zeferrina, exemplo de Heroína
Aquatlune dos Palmares, soberana Quilombola
E Felipa do Para, negra Ginga de Angola.
A África desperta e em suas fronteiras,
Quantas anônimas Guerreiras Brasileiras.¹*

Diferentes marcos podem ser observados quando se pretende abordar a organização social de mulheres e homens negros no Brasil. A abolição da escravidão (1888) e o advento da República (1889), sem dúvida, podem ser alguns deles. Deixados à margem das benesses advindas destes dois grandes momentos históricos que se sucederam, mulheres e homens negros organizaram-se e reagiram às diferentes discriminações. A população negra, do ponto vista da organização social, agregou-se em sete tipos principais de associações que emergiram e coordenaram ações anti-racistas, durante várias décadas: os clubes sociais, os sambas de terreiro, os jornais negros, as associações de combate e denúncia explícita contra o racismo, as immandades religiosas, as casas de religiosidade de matriz africana (os candomblés, os changôs e os batuques, entre outros) e as organizações político – culturais (os grupos teatrais, os de dança, os corais). Neste sentido, o objetivo deste texto é fazer uma breve panorâmica sobre as múltiplas características de algumas das organizações negras datadas do final do século XIX até os anos sessenta do século XX. Procuraremos fazer este passeio, sempre a partir da perspectiva de algumas mulheres que o protagonizaram.

A condição legal da população negra, a partir de 1988 mudou, mas, o seu nível de organização coletiva se manteve, estimulado principalmente pela insatisfação diante da não concretização dos direitos propostos aos cidadãos. Uma delas estava calçada na desvalorização da mão de obra nacional, onde o imigrante passou a ser visto como o trabalhador ideal. No Rio de Janeiro, por exemplo, em que o cais do porto costumava ser o local de maior empregabilidade para os ex-escravos, uma grande mudança já era percebida. Não por coincidência, duas das mais exemplares formas de resistência política e social dos cidadãos negros, no início do século, ocorrem uma no porto outra na Marinha. A primeira na “*Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em trapiches de Café*” e a outra que se convencionou chamar a “*Revolta da Chibata*”. Sobre a primeira assim falava João do Rio:

“*Os operários reuniram-se. Depois da revolta, começou a se fazer sentir o elemento brasileiro ... foi uma longa e pertinaz conquista. ... A União dos Operários Estivadores, consegue, com uns estatutos ... o seu nobre fim. ... Esforçam-se, estudam, sacrificando pelo bem geral.... Que querem eles? Apenas ser considerados homens dignificados pelo esforço e a diminuição das horas de trabalho, para descansar e para viver”*;²

¹ Música do Bloco Afro Akomabu de São Luiz do Maranhão. Autor, Escrete

² João do Rio em *A Alma Encantadora das ruas*. Pág 110.

A companhia dos Pretos que posteriormente (1906) passou a ser a *Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches de Café* representava o local para onde eram carreados os negros que conseguiram inserir-se no mercado de trabalho formal. Houve uma sangrenta luta entre os operários do *Resistência* em 1908, quando trabalhadores portugueses foram eleitos para a diretoria da organização. A revolta baseava-se no fato de ser aquele tradicionalmente o lugar de poder para os negros, agora sob o comando dos imigrantes.

Na primeira década do século passado - vinte e dois anos após assinada a Lei Áurea - os marinheiros ainda eram sentenciados ao açoite no convés dos navios da Marinha de Guerra Brasileira. A sublevação de toda a esquadra ocorreu em 22 de novembro de 1910, que sob o comando do marinheiro João Cândido dirigiu-se para o Rio de Janeiro com os principais navios. A deflagração do movimento deveu-se ao espancamento de um de seus companheiros condenado a duzentas e cinquenta chibatadas. Por estarem militarmente mais fortes, os marinheiros saíram vitoriosos. Após cinco dias de negociações, das quais participaram políticos, governantes e militares, os revoltosos conseguiram o fim do uso da chibata.

Neste mesmo porto das lutas sindicais e sublevações é que a festa de rua passou a ser empregada pela população negra, como uma das tentativas de inserção no tecido social da cidade. Os ranchos transformaram-se num dos momentos culminantes de inscrição de uma identidade negra pública para aquele grupo. O Rancho Flores, no bairro da Saúde - nas circunvizinhanças do porto - pertencente ao *Sindicato Resistência* era um deles. Embora o rancho já fosse uma tradição nos carnavais cariocas, o Flores era o rancho dos negros do bairro. Iniciando-se na região do porto e estendendo-se até a Cidade Nova (mais precisamente, no entorno da Praça Onze) estes festejos eram capitaneados, principalmente pela comunidade baiana radicada no Rio de Janeiro, desde antes da Abolição. Nesta conjuntura surge o rancho Rei de Ouro fundado em 1893, pelo ogã baiano Hilário Jovino Ferreira e por Tia Sadarta da Pedra do Sal.

As grandes personagens, estes de todo aquele afã cultural e comunitário, eram as tias baianas que transformariam suas casas, no berço do samba na cidade do Rio de Janeiro. Amélia Silvana de Araújo - a tia Amélia ou Amélia do Aragão - era uma das organizadoras das festas em homenagem aos orixás que invariavelmente acabavam em samba estendendo-se por dias a fio. Importantes nomes se iniciaram neste ambiente, como o próprio Donga, filho de Tia Amélia. E através de outro personagem famoso no samba carioca, o João da Baiana, que ouvimos contar de sua mãe, Perciliana Maria Constança - Tia Perciliana de Santo Amaro - em cuja casa a coesão e a cultura da comunidade seguem sendo preservadas e solidificadas. Era o tempo dos sambas de partido alto e do chamado samba corrido. No primeiro alguém cantava e a assistência respondia em coro. No samba corrido, todos cantavam juntos.

Outra Tia Baiana, posteriormente consagrada pela literatura nacional concernente à formação do samba na cidade do Rio de Janeiro é Hilária Batista de Almeida, a Tia Ciata de Oxum. Esta é uma das mais citadas personalidades da época. O que deixa evidente o seu importante papel político naquelas rodas de cultura popular e religiosa. Credita-se à Tia Ciata a responsabilidade por principiar no Rio de Janeiro, uma tradição oriunda da Bahia, que eram as vendedoras de quitutes com seus tabuleiros armados, em pontos estratégicos

da cidade. Outra importante atividade daquela grande dama, era alugar roupas de baianas para os teatros e algumas associações carnavalescas da época. No Rancho Rosa Branca é onde Tia Ciata desfilava, com sua família. É contado que deve-se à ela a mudança da participação dos negros na tradicional festa da colônia portuguesa em homenagem à Nossa Senhora da Penha. Sua barraca, montada durante anos, nos fins de semana festivos, transportava os encontros habituais da Praça Onze para aquele então distante subúrbio da cidade (o Bairro da Penha). Vários sambistas de renome, surgiram naquelas encontros. Tia Ciata dançava, cantava e sambava com maestria.

A cada festa realizada, as responsáveis pela casa tinham que ir à chefatura de polícia para explicar a razão da comemoração, já que o samba era proibido. Só depois de cumprido o ritual, é que a função fosse religiosa ou de lazer, podia ter início. Embora tendo que conviver com as dificuldades impostas pela burocracia oficial, ainda assim estas senhoras prosseguiam com seus projetos. No entanto, para Tia Ciata de Oxum, o fato de seu marido ser membro da baixa hierarquia no gabinete do chefe de polícia, lhe garantia menor perseguição. Através daquelas tias, as comunidades baiana, africana e carioca, residentes no Rio de Janeiro, iam testemunhando o final de um século e o raiar do seguinte, alentados pela resistência cultural. Todos liderados por inúmeras mulheres que a partir de seus cargos hierárquicos nas casas de religiosidade de matriz africana, ajudavam a congregar o seu grupo, atraindo a respeitabilidade da elite da época anterior e aquela que se seguiu ao governo do Marechal Deodoro da Fonseca.

O Brasil republicano vai, assim, encontrar as mulheres e homens negros - que eram a maioria da população - organizados em associações culturais e diversos clubes espalhados pelas capitais e interior do país. Entre eles, a Sociedade de Dança e Beneficência Floresta Aurora, de Porto Alegre, fundada em 1872 por negros operários. Seu objetivo inicial estava ligado à função beneficente de auxílio e assistência. Posteriormente, o lazer e o congregar assumiram lugar de destaque. Muito se pode depreender de sua logomarca em que estão representadas duas mãos (uma branca e outra negra) se cumprimentando. Era uma tentativa dos negros da época transmitir uma mensagem anti-racista, para a sociedade local. O Floresta, como é carinhosamente denominado, se mantém com uma história viva e atuante na capital gaúcha, contando atualmente com cerca de dois mil sócios.

É também em Porto Alegre que o Jornal Exemplo passou a ser publicado a partir de 1892. Um dos primeiros representantes do que se convencionou chamar de imprensa negra brasileira, o jornal estampa em suas páginas acusações de segregação racial contra estudantes negros, nas escolas da região; perseguições policiais; o impedimento dos negros de serem admitidos em postos de trabalho mais qualificados e a existência de um ódio racial em relação ao grupo. Inaugura-se ali a marca reivindicativa e denunciativa que tem caracterizado a maneira de se organizar, da comunidade negra no país. Desde sua fundação até 1895, quando cessou de circular, mais de cento e quarenta edições foram produzidas. Mais tarde, outro jornal passou a ser publicado na cidade, sob os auspícios da Sociedade de Dança e Beneficência Floresta Aurora, denominado Federação.

Uma figura organizativa, remanescente do período escravocrata, e que também hoje, embora com outras atribuições, continua em atuação, são as imandades religiosas. Eram

organizações de fraternidade, educação religiosa e ajuda mútua. As irmandades eram constituídas de africanos e negros nascidos no Brasil. Impedidas de participar das irmandades brancas, as mulheres eram bem recebidas nas dos negros, embora em menor número e poder no interior da organização. Os seus membros eram vistos como pessoas de maior prestígio diante da maioria das mulheres e homens negros ainda sob o domínio das elites. Uma das mais antigas é a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Havia mais de uma centena de irmandades, em diversas partes do Brasil. Dentre estas, as mais conhecidas eram Irmandade de São Benedito, do Senhor Bom Jesus dos Martírios e de Nossa Senhora do Livramento. Dos santos mais homenageados e a partir dos quais seus nomes davam títulos aos grupos, estavam os santos negros Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

Os Estados de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco abrigavam as maiores irmandades, devido ao maior contingente populacional afro-brasileiro. O Rio de Janeiro registra em 1639 a contraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Ao passo que a de São Paulo foi fundada em 1711, com seu estatuto datado de 1808. Em Vários momentos de sua história, esta Irmandade funcionou como escola de formação para seus membros. Séculos mais tarde (1953) sob a direção da Professora Maria da Penha, são constituídas as turmas de alfabetização, taquigrafia e inglês. Visando auxiliar no aperfeiçoamento intelectual e profissional da juventude negra, por mais de três décadas a mestra dedicou-se àquela tarefa, na capital paulista. Inicialmente fundadas pela população escravizada, as irmandades negras católicas atravessaram aquele período e se mantêm até a atualidade.

Falávamos anteriormente a respeito das diversas comunidades de resistência dentro das quais a população negra se reestruturou cultural e psicologicamente durante e após o período escravocrata. Dentre estas estão as casas de religiosidade de matriz africana. Neste particular, dois estados da federação se sobressaem. São eles, Pernambuco e Bahia. No caso da Bahia, as casas mais tradicionais (como o Engenho Velho, a mais antiga, fundada em 1830) sempre estiveram com mulheres em seu comando. Citaremos aqui as três africanas do Reino de Ketu: Iya Nassô, Iya Deta e Iya Kela. Posteriormente, Mãe Marcelina, Mãe Maria Júlia da Conceição, a Tia Pulqueria (do tradicional candomblé do Gantois), Maria Júlia de Figueiredo, Tia Massi e muitas outras senhoras, que formam uma plêiade de responsáveis pela perpetuação de uma herança trazida e transmitida por ancestralidade. Mais tarde (1922), Mãe Menininha - Maria Escolástica da Conceição Nazare - assumiria a liderança de uma das mais antigas casas da Bahia, o Gantois.

O início do século vinte, pode testemunhar também a criação de uma imprensa negra no país. Os jornais representavam pólos aglutinadores dos negros em geral, estimulando a existência de uma comunidade política e mesmo familiar. Melhor estudada até aqui, tem sido a imprensa produzida pela comunidade negra paulista. Diferentes autores dividem-na em três fases principais - 1915 a 1923; 1924 a 1937 e de 1945 a 1963 - das quais falaremos ao longo deste texto. Durante o primeiro período (1915 a 1923), são dados os passos iniciais na direção de uma consciência identitária racial ao lado do ensaio de uma integração social. Cerca de dez jornais foram publicados naquele momento. Dentre eles poderíamos destacar *O Menelick*, *O Princesa do Oeste*, *O Affinete* e o *Getúlio*. A literatura

através da poesia, era uma das táticas empregadas pelos articulistas, para divulgar seus ideais. As atividades dos clubes sociais negros e suas efemérides eram construídos como locais de organização e união do grupo, a partir dos periódicos.

Se os clubes, os sindicatos, o candomblé, os ranchos, o samba de terreiro e os jornais negros foram os grandes focos de organização político – social no final do século de XIX até as anos vinte, novos atores são agregados a partir da década de trinta. Neste contexto, diferentes eventos se constituíram como ponto de mudança na inclusão social da população negra brasileira. Em maio de 1929, por exemplo, um grupo de negros oriundos do Centro Cívico Palmares, em São Paulo, resolveu lançar um manifesto dirigido à nação e à raça negra que tinha como objetivo principal fundar uma organização de cunho político e social. Assim sendo, o início dos anos trinta (Setembro de 1931), marcam a criação da Frente Negra Brasileira. Reuniões noturnas, inicialmente realizadas a céu aberto, passaram a congregar um número cada vez maior de mulheres e homens negros, na Praça da Sé. As lideranças alugaram posteriormente, um palacete na Rua da Liberdade 196. O grupo possuía vários departamentos, divididos em educação, esportivo, musical, de cultura e feminino. Era composta inicialmente pelo centro cívico Palmares e pelo jornal Clarim da Alvorada.

Sua concepção primeira inscrevia iniciativas como a manutenção de bibliotecas de bairro, aulas de alfabetização e de técnicas para serviços domésticos e de inglês. A dinâmica da participação voluntária das professoras da Frente tornou-se um marco. As mestras deslocavam-se entre os diversos bairros da capital e do interior do Estado de São Paulo. Dentre as professoras destacaram-se os nomes de Celina Campos - que ministrava aulas de música - de Gersen Barbosa e de Antonieta. Diante da iminente necessidade de uma biblioteca que atendesse aos associados, alunos e frequentadores, a professora Gersen de Mota promoveu uma rifa de um jogo de jantar, a fim de conseguir os recursos necessários para a aquisição de livros e estantes. O sucesso da iniciativa propiciou que um sistema de empréstimos de livros fosse implementado.

Grande parte do suporte financeiro para as atividades da Frente Negra em São Paulo, vinha dos bailes bimensais. Estes eventos eram organizados por um grupo de mais de trinta mulheres que se intitulavam Rosas Negras. Apresentavam-se vestidas de branco, com uma faixa negra na cintura e uma rosa negra no peito. Sob a liderança de Benedita da Costa, toda a infraestrutura dos bailes ficava a cargo daquelas mulheres de diferentes idades e estado civil. Através da arrecadação conseguida com aquelas festas - de grande afluência de público - a divulgação, as viagens, a impressão dos jornais os aluguéis e demais despesas iam sendo saldadas. Neste sentido, a senhora Benedita da Costa e seu grupo, as Rosas Negras, podem ser interpretadas como o braço econômico de um dos mais revolucionários momentos da organização social da população negra no país. A Frente Negra foi constituída, além de São Paulo, em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Maranhão, Bahia, Sergipe e Espírito Santo. Chegou a congregar 60 mil associados em seus quadros. A rede se articulou durante seis anos e teve suas atividades encerradas pela ditadura varguista.

Inúmeras lideranças surgiram no interior da Frente Negra. Ao mesmo tempo, o grupo atraiu para si pessoas já envolvidas em outras lutas sociais e que acabaram se incorporando àquela

Destacamos também, que é na efervescência dos anos trinta que vamos ter em Florianópolis, a primeira mulher negra eleita deputada estadual no país, Antonieta de Barros. A Professora de Português, de Psicologia e jornalista foi deputada estadual constituinte em 1935. Note-se que apenas no ano anterior o direito ao voto, para as mulheres, havia sido outorgado. Ainda assim, 35.484 eleitores depositaram, sua confiança, naquela afro-brasileira que entre 1922 e 1927 era responsável pelo jornal A Semana, fundado por ela. A Maria da Ilha, como era carinhosamente chamada, nasceu em 11 de

Uma pessoa se destacou neste particular, Mãe Aninha. Eugenia Ana do Santos (Mãe Aninha), do Axé Opô Afonjá, era uma das referências religiosas presentes no momento da abertura do II Congresso Afro-Brasileiro, e que também contribuiu com um trabalho sobre a herança da culinária africana naquele estado. Mãe Aninha (filha de Xangô) foi responsável por reintroduzir, no candomblé, a tradição dos Obás de Xangô. Cargo nobilitado e hierárquico, os Obás eram personalidades da elite, que trouxeram para o interior da casa de culto, por ela dirigida, a respeitabilidade da sociedade baiana. Contribuindo assim, para a destituição do preconceito, contra a religião dos orixás. Mãe Aninha era reconhecida como uma mulher de alto saber religioso e de grande intelectualidade. Bem relacionada com influentes políticos da região, por diversas vezes deu-lhes abrigo, durante os anos duros do Estado Novo. Ainda naquele período esta Yalorixá fundou na capital federal (Rio de Janeiro) uma sucursal de sua casa de axé. Conta-se que foi por sua interferência que Getúlio Vargas ordenou que cessassem as incursões policiais no interior das casas de culto. Foi também grande incentivadora da criação da União das Setas Afro-Brasileiras - em agosto de 1937 - um dos primeiros núcleos coletivos formados em defesa da liberdade de culto.

Dizamos anteriormente sobre o marco que foi a década de trinta para a reorganização da população negra no país. Também em Salvador, além da Constituição da Frente Negra Brasileira, o Candomblé - que como referimos anteriormente, já era um local de resistência para a população afro-brasileira - se rearticula enquanto movimento de reação às perseguições da sociedade. Realiza-se, naquela cidade, o II Congresso Afro-Brasileiro, de 11 a 19 de janeiro de 1937. Estava em pauta naquele encontro o realce da pureza do Candomblé da Bahia. Era a volta à África empreendida por intelectuais baianos ligados aos cultos afro-brasileiros. Na fala de Edison Carneiro, o conclave objetivava dar voz às pessoas simples, às lideranças praticantes da religião dos orixás, bem como lutar contra a perseguição aos cultos afros.

rede de milhares de afro-descendentes, pelo país. Este é o caso de Laudelina Campos de Mello que em 1936 - durante o período áureo da Frente Negra - criou uma associação de apoio às empregadas domésticas em Santos. Tendo principiado sua luta na década de trinta, ainda em 1961, esta afro-brasileira persistia em seu ideal, fundando a Associação Profissional Beneficente das Empregadas Domésticas. No ano de 1982, quando finalmente a categoria pode ver criado o seu sindicato, novamente Laudelina de Campos Mello, antiga frente-empregada, participava de sua direção. Muitos são os episódios em que ela atou na denúncia contra a discriminação racial e social nas relações de trabalho ou na imprensa paulista, de sua época.

julho de 1901, em Florianópolis. Em seu livro *Farrapos de Ideias*, que veio a público naquela década (1937) Antonieta de Barros brindava-nos com a seguinte fala :

“Um povo é grande não só pelo seu espírito trabalhador, mas também, principalmente pela sua cultura. Dai a necessidade de se chegar às massas, a possibilidade de ir além da alfabetização que é muito mas não é tudo. Dai a necessidade de se tornar acessível aos que não tem o ouro sonante - mas o ouro que não se compra o da inteligência – uma cultura superior”³

A preocupação com o engrandecimento da Pátria foi uma constante na lide política desta mulher que fez do jornalismo e da educação suas catedras de conscientização. O golpe do Estado Novo, fechando o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas, pôs fim ao sistema democrático provocando o encerramento de seu mandato. O que não se transformou em impedimento para que Antonieta de Barros voltasse à cena política, como veremos adiante.

Abordamos anteriormente que a imprensa negra paulista pode ser dividida em três fases principais de 1915 a 1916. No segundo período (1924 a 1937), a maior preocupação daquela imprensa é a reação contra a massiva entrada de imigrantes, que provocou o alijamento dos negros dos melhores postos de trabalho existentes na cidade de São Paulo. Um número ainda maior de periódicos ganhou as ruas. Um dos mais representativos era o *Clarim da Alvorada*. O clamor por uma maior participação na sociedade era declaradamente impresso. Buscava-se na história nacional e internacional personagens negros que através do seu heroísmo ajudassem na consolidação de um orgulho racial. Uma das mulheres que se destacaram e contribuíram para o desenvolvimento da imprensa negra, em sua segunda fase, foi Dona Nice (Eunice de Paula Cunha). Sua liderança marcante levou-a usar a coluna do jornal O Clarim, como plataforma de onde lançava seus apelos e críticas à sociedade.

⁴Apelo às Mulheres Negras. Nice. In: O Clarim. Abril de 1935.

O encontro inaugurador daquela mobilização foi a Convenção Nacional do Negro. Dividida em duas partes, a primeira ocorreu em São Paulo em 1945 (10 a 12 de novembro) e no ano seguinte foi realizada a segunda, no Rio de Janeiro. Contou com participantes oriundos de RJ, ES, MG, SP e RS. A convenção tinha dois objetivos principais: Um deles que se criasse um sistema nacional de bolsas de estudos para estudantes negros nas universidades e no ensino secundário. A Convenção de São Paulo, num dos parágrafos de seu documento final, intitulado: "Manifesto à Nação Brasileira", continua a seguinte declaração:

O advento do Estado Novo fez com que a crescente veia organizacional pulsante nos anos trinta, em todo território nacional, como vimos rapidamente, sofresse um grande arrefecimento. Somente na década seguinte, aquela efervescência voltou a ter lugar. Assim sendo, o término da ditadura varguista em outubro de 1945, oportunizou diversas manifestações de democracia, com uma grande ebulição das forças políticas e sociais. Naquele ambiente de retorno ao estado livre, três grandes conferências nacionais organizadas no eixo Rio – São Paulo contribuíram para aproximar os discursos e críticas das lideranças negras, constituídas em diferentes regiões do país.

Estávamos há apenas quarenta anos após a Abolição da escravidão que durou quase quatro séculos. Os periódicos representavam também, o veículo através do qual a coletividade negra se inteirava dos acontecimentos sociais de seu grupo, das realizações políticas e da convocação para a organização contra o racismo e a discriminação racial. Desta forma, o artigo assinado por Dona Nice, ganha contornos revolucionários, para a época. A periodista conclamava as afro-brasileiras a se rebelarem contra aquela visão subalternizante.

"Tudo se agita, os espíritos cultos lançam novas idéias com o fim de melhorar a situação mundial. O mundo está inflamado! ... Só nos negras, caras patricias, extasiamos diante do acontecimento mundial. Quando as lutas se sucedem com o fim de melhorar a vida deste ou daquele povo, é sinal de que os espíritos tomam noção dos seus deveres e suas boas idéias são aceitas. (...) E nós, patricias, precisamos nos mover, sacudir a indolência que ainda nos domina e nos faz tardias. O cativêiro moral para nós negros ainda perdura. Notemos a fundação desta Escola Luiz Gama com o fim de preparar meninas de cor para serviços domésticos. (...) Por esta iniciativa se vê que para os brancos não possuímos outra capacidade, outra utilidade ou outro direito a não ser eternamente o de escravo. (...) Mas isto não sucederá... À vida de um povo depende da sua juventude. Pois bem, nos além de jovens somos mulheres..."⁴

Havia, portanto, uma viva participação dos movimentos negros no momento de redemocratização do país. Surgem várias organizações negras em diferentes pontos do território nacional. No Rio de Janeiro, entre outros grupos é criado, por Abdias e Maria do Nascimento, o Teatro Experimental do Negro. Quando de sua viagem pela América Latina em 1941, Abdias assistiu à encenação da peça *Emperor Jones* de Eugene O'Neill, onde a personagem principal era representada por um ator branco pintado de negro. Esta teria sido a razão desencadeadora da formação do Teatro Experimental do Negro, criado três anos

A Dra. Guiomar denunciava a existência de uma lei de 1941 (quase dez anos antes) referente aos direitos dos empregados domésticos, que segundo ela, não havia sido regulamentada, por interesse dos patrões. A assistente social possuía apresentando a importância do repouso semanal remunerado, da aposentadoria, da assistência social e da fixação de horários para a jornada de trabalho daqueles profissionais.

“O Estado atual é que a empregada doméstica não tem garantias nem segurança; atinge a velhice em estado precário, e quando não pode fazer os trabalhos não tem assistência nem amparo. Essa situação não pode continuar” (Nascimento, 1982:350).

A Dra. Guiomar Ferreira de Barros, defendia em sua participação no I Congresso do Negro Brasileiro que a *“profissão dos empregados em serviços domésticos”* fosse ser reconhecida.

O segundo acontecimento de escopo nacional, marcante para a atividade política e cultural da organização do movimento negro brasileiro - realizado sob a batuta do TEN (Teatro Experimental do Negro), a respeito do qual abordaremos mais adiante - foi a Conferência Nacional do Negro Brasileiro que teve lugar entre 9 e 14 de maio de 1949, no Rio de Janeiro. Um dos seus objetivos era discutir e organizar a programação e os temas a serem abordados no I Congresso do Negro Brasileiro que ocorreu no ano seguinte. Outro referencial momento - o terceiro deles - de debates e discussões, foi o I Congresso do Negro Brasileiro realizado de 29 agosto a 4 de setembro de 1950, no Rio de Janeiro. Uma de suas principais características é ter se transformado numa sinergia entre ativistas e acadêmicos. E neste cenário de articulações nacionais da comunidade negra que o nome de várias mulheres tomam lugar de destaque, num ambiente de luta anti-racista. O primeiro Congresso do Negro Brasileiro, por exemplo, transformou-se num dos grandes momentos em que as mulheres negras apresentaram vários trabalhos. Uma delas Maria de Lurdes Vale Nascimento, participe da fundação do TEN em companhia de Abdias do Nascimento. A voz de Maria Nascimento, durante o I Congresso do Negro Brasileiro, se fez ouvir em defesa da realização de estudos que permitissem atender para os problemas de ordem psico-sociais da prostituição.

“Enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares” (Nascimento, 1982: 112)

depois. Tal prática era comum também em solo brasileiro. O TEN chegou a ter cerca de 800 pessoas nas aulas de alfabetização. A peça o Imperador Jones, foi levada ao palco, com sucesso, como primeiro trabalho daquele grupo de amadores.

Maria Nascimento, por sua vez, foi responsável por diferentes atividades, no interior daquela organização. Coordenou o departamento feminino criou o Conselho Nacional de Mulheres Negras, gerenciava o Jornal Quilombo, além de ser redatora da coluna *Fala Mulher*. O Conselho Nacional da Mulher Negra, foi fundado por ela, a oito de Maio de 1950, como um dos braços do TEN. Contava com um departamento jurídico para atendimento à população negra em várias necessidades, entre elas a obtenção da certidão de nascimento. O conselho criou um bale infantil, cuja aula inaugural foi ministrada pela grande bailarina afro-americana, Katherine Duncan.

Uma atuação também preponderante das mulheres no interior do TEN foi no papel das atrizes das muitas peças encenadas Neste aspecto o TEN colaborou para trazer a público vários artistas que ainda hoje contribuem para a presença negra nos palcos e na televisão brasileira entre elas destacaremos aqui, Rute de Souza e Léia Garcia. Rute de Souza que pode ser assistida nos filmes das companhias cinematográficas brasileiras “Atlântida” e da “Vera Cruz”- A primeira fundada em 1941 a segunda em 1945 – participou do TEN nos seus cinco anos iniciais. Estreou como atriz numa peça montada pelo grupo, apresentada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. No ano de 1954, Rute alcançou o título de ser a primeira brasileira indicada para um prêmio internacional, por sua atuação no filme *Sinhá Moça*. Atualmente contabiliza dezenas de trabalhos no cinema, teatro, e televisão nacionais.

Léa Garcia, por sua vez, cuja carreira também se iniciou nas atividades do TEN, conta entre muitas vitórias, o fato de ter sido, aos vinte e quatro anos de idade, indicada para o prêmio de melhor atriz no Festival Internacional de Cinema de Cannes, por sua atuação no Filme “Orfeu da Conceição”. Seu vasto currículo inclui, por exemplo ter vivido Josephine Baker, por mais de um ano, na cidade do Rio de Janeiro, na peça Piaf, a convite de Bibi Ferreira. Os anos setenta testemunharam a estréia desta diva nas telas da televisão brasileira, onde até hoje nos brinda com sua excelência interpretativa.

Uma terceira atividade em que as mulheres estavam inseridas no Teatro Experimental do Negro, era como candidatas aos seus dois concursos de beleza, o *Boneca de Fixe* e o *Rainha das Mulatas*. Observemos que os concursos de beleza no Brasil, datam do início do século. O semanário Rua do Ovidor instituiu um dos primeiros concursos de beleza que se tem notícia no país, em 1900. Mais tarde, já nos anos 1912, o Jornal Gazeta de Notícias promove um novo certame. Mais de dez anos se passaram até que um concurso de fotografia fosse organizado pela Revista da Semana e o Jornal A Noite, elegendo uma candidata de Campinas. Já a vencedora do concurso de 1929 transformou-se na primeira Miss Brasil a participar de um concurso Miss Universo nos Estados Unidos. A esta época, os desfiles em passarelas já haviam sido instituídos. O Rio de Janeiro sediou no Copacabana Palace o concurso Miss Universo em 1930. Uma representante do Rio Grande do Sul, sagrou-se campeã. Os jornais O Globo, O Diário Carioca e a Folha de São Paulo foram responsáveis respectivamente pelos concursos Miss Brasil de 1949 e 1954. No

entanto, o valorização da sonhada brançura europeia, impedia que mulheres negras ou indígenas, pudessem ser agraciadas naquelas competições.

Preocupado em valorizar a participação das mulheres negras e ao mesmo tempo ressaltar-lhes a auto estima o TEN (Teatro Experimental do Negro) organizou, pela primeira vez no país, um concurso “*Boneca de Fixe*”, que sagrou como vencedora Maria Tereza em março de 1947. Outro concurso de beleza do TEN era o “*Rainha das Mulatas*”. Em 1948, foi eleita Mercedes Batista, que era a primeira negra a integrar o corpo de baile do Teatro Municipal. Anos mais tarde Mercedes viria a se tornar uma das grandes professoras de dança afro no Brasil. Por suas aulas passaram renomados bailarinos. Se nos diversos certames de beleza apenas as características fenotípicas e medidas corporais eram levadas em conta, para o grupo de Abdias e Maria Nascimento, a personalidade e a formação das candidatas eram basilares para sua titulação. Os concursos de beleza organizados pelo TEN estavam, por conseguinte, contrapondo-se à uma histórica trajetória de realce da figura feminina através de um conceito estético inspirados num ideário de embranquecimento.

Pouco antes da fundação do Teatro Experimental do Negro, o maestro Abgail Cecílio de Moura – Biga para os amigos- fundou a Orquestra Afro Brasileira em abril de 1942, composta por cerca de trinta músicos de diferentes níveis sócio econômicos. Por ser funcionário da Rádio MEC, começou a usar suas dependências abrigo ali os ensaios e os instrumentos. Apresentações em lugares de alta frequência de artistas e intelectuais garantiram ao grupo, a devida divulgação e prestígio. Um dos recursos utilizados pelo maestro Abgail Moura foi transformar em sinfonias musicais, canções oriundas das tradições afro brasileiras, dando lugar à saudações e louvores. Pela primeira vez no Brasil, os tambores saíam das últimas fileiras e passaram a ocupar posição destacada no palco. Em Maio de 65 o grupo foi laureado pela TV e Rádio Record em São Paulo, tendo gravado um disco em 1968. Suas atividades foram mantidas até o início da década de setenta. A participação de mulheres era localizada no canto da soprano Maria do Carmo e no acompanhamento da orquestra em alguns números de dança, quando a peça o exigia. A cantora soprano Maria do Carmo se deve o figurino envergado pelos músicos, que por sua inspiração nos quadros de Ruggendas, causavam grande impacto diante da plasticidade visual

O Rio de Janeiro sediou também o Teatro Popular Brasileiro (TPB) em 1949, fundado pelo poeta, folclorista, teatrólogo e pintor Solano Trindade, a coreógrafa Margarida Trindade e o etnólogo Edson Carneiro. Composto por domésticas, operários, estudantes e comerciantes o TPB viajou por diversas partes do país e da Europa. O teatro, a poesia e os vários ritmos afro brasileiros tais como os batuques, lundus, caboclinhos, maracatus, capoeiras, congadas e caxambus integravam as performances do grupo. A coreógrafa Margarida Trindade pesquisava os diferentes ritmos do interior do Estado do Rio de Janeiro (como o Jongo de Campos e Itaboraí por exemplo), para aplicá-los no TPB.

Ainda na década de quarenta, passado o Estado Novo, a voz de Antonieta de Barros volta a ser ouvida em Florianópolis. Recuperada do golpe de Vargas, sobre as instituições democráticas, a grande liderança afro-descendente retorna à Câmara dos Deputados, em Santa Catarina em 1948 pelo partido Liberal e exerce o mandato até 1951. Como jornalista

e escritora fundou o jornal A Semana (1922/1927). Sua luta, porém vinha de longe, quando em 1922 criou o “Curso Popular Antonieta de Barros”, onde, durante trinta e dois anos ministrou aulas, formando gerações de mulheres e negros em sua cidade.

O ano de 1948 viu surgir em São Paulo a ACN (Associação Cultural do Negro), fundada por antigos líderes da Frente Negra dos anos trinta. Neste grupo, entre outras mulheres ressaltamos a atuação de Nair Theodora Araújo, membro do departamento cultural. Nair foi aluna de um importante curso em São Paulo, intitulado curso de oratória Rui Barbosa, coordenado pela União Brasileira de Escritores. Tal formação permitiu-lhe atuar em várias peças no Teatro de Arena (fundado em 1956), sendo uma das principais, o grande sucesso *Arena Canta Zumbi*. Por sua contribuição financeira – e de mais dois outros ativistas – foi publicado o primeiro volume da série “Cultura Negra”, organizada pela Associação Cultural do Negro. Esta atriz, cantora e declamadora foi uma das responsáveis pelos festejos de comemorações do centenário de nascimento de Cruz e Souza, organizado pelo mesmo grupo, em 1961. Uma de suas grandes atuações foi a fundação da livraria Contexto em São Paulo, especializada em livros de cultura negra, história da África e relações raciais. Durante anos, a Contexto foi ponto de encontro da intelectualidade afro-brasileira na capital paulista.

Ao lado da reorganização da sociedade democrática, no pós ditadura varguista reestruturaram-se também os jornais negros, dando início ao terceiro período da imprensa negra paulista (1945 a 1963). Temos aí os jornais *Novo Mundo*, *Novo Horizonte*, *Mutirão*, e o *Correio de Ebano*, entre outros. Em Pelotas é publicado o jornal *Alvorada*. Em Curitiba o *União*, da União do Homens de Cor. No Rio de Janeiro, neste mesmo período, três principais jornais são publicados pela comunidade afro-brasileira: o *Quilombo*, o *Redenção* e o *Voz da Negritude*. A abertura do sistema democrático incentivou a formação de novos partidos políticos. Assim, os jornais retratavam as candidaturas de diversas lideranças negras nas eleições de 1950. Naquele momento, a fala de Maria de Lurdes Nascimento, estimulando a participação política das mulheres, demonstra o vanguardismo de seu pensamento:

“Se nós mulheres negras do Brasil, estamos mesmo preparadas para usufruir os benefícios da civilização e da cultura, se quisermos de fato alcançar um padrão de vida compatível com a dignidade da nossa condição de seres humanos, precisamos sem mais tardança fazer política.... Precisamos constituir um exército de eleitoras pesando na balança das urnas, usar o máximo as fraquezas democráticas que nos asseguram o direito que é também o sagrado dever cívico de votar e sermos votadas para qualquer porto eletivo nas próximas eleições de 3 de outubro”⁵

A década seguinte, dos anos cinquenta, no Rio de Janeiro, propiciou a criação de novas entidades do movimento negro. Uma delas a Sociedade Recreativa Afroxé Filhos de Gandhi fundada à imagem do bloco de Salvador, em agosto de 1951. O grupo apresenta-se enquanto tradicionais cantos - cujas letras em sua maioria são em idioma Yorubá - ao som dos instrumentos musicais usados nos ritos sagrados do camdomblé. A partir da

A inclusão das moças do Renascimento nos grandes concursos de beleza era mais uma tentativa de visibilização positiva da mulher negra carioca, já adotada pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), quase dez anos antes. Note-se que estamos abordando um período anterior ao movimento do *Black is Beautiful* nos EUA, responsável por introduzir, a nível mundial, um conceito de beleza negra voltada para as raízes africanas e que, só a partir da década de setenta, começou a ter maior influência no Brasil. A resposta de “beleza negra” encontrada, naquele momento, residia em ter os cabelos ‘feitos’ no salão da Dinah e usar uma roupa do *atelier* da Madame Isabel. Ambas, Dinah Duarte e Madame Isabel Garcia, uma na cabeça e outra na altura, davam a última palavra em moda para as mulheres daquele grupo emergente, dos anos sessenta e setenta.

Lembremos que o concurso Miss Brasil elegia três moças (Miss Brasil I, II e III) que se apresentavam em diferentes cidades do mundo. A primeira representava o país no concurso Miss Universo, a segunda no Miss Mundo e a terceira no Miss Beleza Internacional, Vera Lúcia Couto, eleita Miss Brasil II (1964), foi a grande sensação nos EUA. Pela primeira vez, uma moça negra era incluída entre as semifinalistas. Naquele ano, as outras duas representantes brasileiras regressaram sem nenhuma premiação, o que transformou Vera Lúcia em heroína nacional. Classificada em terceiro lugar e tendo sido eleita Miss Fotogenia, em Long Beach, a população a ovacionou, desde o Galeão até a sede do clube.

Comentávamos anteriormente, a respeito dos clubes negros, como redutos de sociabilidade para os afro-descendentes. Neste particular, insere-se o Renascimento Clube. Após terem sido impedidos de ingressar num famoso clube carioca de classe média, um grupo de negros decidiu fundar um clube próprio, onde eles e seus filhos não fossem discriminados. A reação ao preconceito racial vai, então, possibilitar o nascimento, em 17 de fevereiro de 1951, do Renascimento Clube, no bairro do Méier, Rio de Janeiro. Quase oito anos após sua criação, uma nova fase começa a ser gestada no Renascimento. Associa-se ao clube Dinah Duarte, cabeleireira famosa por fabricar um produto específico para alisamento de cabelos. Uma de suas ideias foi a de inserir uma representante do Renascimento no desfile de Miss Distrito Federal. Dirce Machado foi a primeira candidata a se apresentar com a faixa do Renascimento Clube num desfile oficial (1959), até ali só frequentado por moças brancas. Em 1961, Iara dos Santos se tornou a primeira jovem do Renascimento a desfilhar no Maracanãzinho - no concurso Miss Guanabara, trajando um vestido bordado em ouro e prata. A sua participação fez com que personalidades do mundo político e artístico passassem a frequentar o clube. Em 1964, Vera Lúcia Couto, a quinta rainha Renascimento a disputar, já era apresentada pela imprensa como a grande favorita, semanas antes da competição.

Salvador, é a participação maciça e ativa das mulheres nos desfiles e nas decisões da resistência na cidade. Nos Ghandhi do Rio de Janeiro, diferentemente dos Ghandhi de então nos carnavais cariocas. Novamente a tradição oral - após as tias da década de trinta - manifestação religiosa e cultural da comunidade baiana, radicada na cidade, desfila desde

organização, que perfazem o grande marco.

Assim como nos anos trinta, o golpe militar de sessenta e quatro, com a supressão da democracia fez interromper numerosas iniciativas organizacionais, em muitas cidades brasileiras. Cabe, no entanto, salientar que tanto num momento como noutro da política nacional, as organizações negras deram curso às suas atividades, embora em muitas ocasiões, de maneira menos visível. Prova do que estamos dizendo é que retomada a democracia, seja na década de quarenta seja na de setenta, juntamente com outros movimentos sociais, também ativistas do movimento negro imediatamente regressaram à cena política. Formaram-se novos grupos e associações ou deu-se curso aos já existentes. A partir dos anos setenta, as lideranças femininas retornam ao cenário democrático ainda mais fortalecidas, criando grupos específicos de mulheres negras em muitos pontos do território nacional.

Pensamentos finais

O recorte que fizemos, neste texto, inicia-se no pós Abolição. No entanto, vale que lembremos que as senhoras às quais nos referimos, são remanescentes de uma luta gestada séculos antes e que tiveram como protagonistas mulheres como Aquatune, Dandara, Luiza Mahin, Joana Crioula, a Preta Zefirina entre tantas outras, como enaltece a música transcrita no início deste artigo. Assim sendo, as organizações negras que abordamos são um continuum daquele espírito organizativo e socialivo herdado por ancestralidade.

As resistências das mulheres e homens negros – como vimos rapidamente – assumiram estratégias diversificadas de solidariedade e ajuda mútua, além de reivindicações e denúncias contra o racismo em diferentes regiões do país. Assim a construção de um mapa geo-político das organizações negras brasileiras iniciado no pós-República, pode, indubitavelmente, ser traçado a partir da perspectiva das mulheres que deles participavam. Nosso exercício, neste artigo, foi de nomear mulheres que lideraram ou se destacaram em diferentes momentos do longo período já pontuado até aqui. Sabemos que muitas outras estiveram presentes naquele processo. Nosso trabalho foi de apresentar pistas que pudessem auxiliar para que pesquisas mais exaustivas sejam realizadas em torno da atuação e dos nomes de muitas daquelas mulheres.

BIBLIOGRAFIA:

- ALMADA, Sandra. *Dama Negras: Sucesso, lutas, discriminação*. Rio de Janeiro, MANUAD, 1995
- ANDREWS, George Reid, *Blacks and whites in São Paulo, Brasil. 1988–1988*. The University of Wisconsin Press, 1991.
- AZEVEDO, Thales de. *As elites de Cor. Um estudo de Ascensão Social*. Cia Editora Nacional. São Paulo. 1955
- BACELAR, Jéferson. *A Frente Negra da Bahia Afro-Ásia n. 17*, Salvador. 1996
- BARBOSA, Irene Maria Ferreira. *Socialização e relações raciais: um estudo de famílias negras em Campinas*. São Paulo : FFLCH/USP, 1983
- BARBOSA, Marcio (org.). *Frente Negra Brasileira: Depoimentos / entrevistas e textos*. Quilomboje. São Paulo. 1998

- BARROS**, Antonieta de. *Farrapos de Idéias*. Comissão do Centenário de Antonieta de Barros. Florianópolis 3.a Edição. 2001.
- BASTIDE, R. e FERNANDES F.** *Branços e Negros em São Paulo*. 3 ed. São Paulo: Nacional, 1971
- CARNEIRO, Edson.** *Candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro: Andes, 1954
- DANTAS, Beatriz Góes.** *Vovô Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil* – Rio de Janeiro.
- FERNANDES, Florestan.** *A integração do negro na sociedade de classe*. São Paulo, EDUSP, 1965.
- FERRARA, Miriam Nicolau.** *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo, FFLCH / USP, 1986.
- GONZALES, Lélia.** *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982
- MELO NETO, João Batista de.** (Pesquisador). *Projeto cultural. O povo negro no Sul*. Associação Rio grandense de Imprensa. 2001. Porto Alegre.
- MENDES, Miriam Garcia** - *O negro e o Teatro Brasileiro (entre 1889 e 1982)*- São Paulo HUCITEC, 1993.
- MOURA, Clóvis.** *História do Negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1989
- MOURA, Roberto M.** *Tia Ciata e a Pequena África do Rio de Janeiro*. Instituto Nacional de Música - Divisão de Música Popular, 1983
- NASCIMENTO, Abdias do.** In: *Teatro Negro no Brasil, uma experiência sócio-racial*. Revista de Civilização Brasileira, caderno especial, n.2, Rio de Janeiro, 1968
- NASCIMENTO, Abdias do.** *O Negro Revoltado*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2.a ed, 1982
- NASCIMENTO, Elisa Larkin.** *O Sortilégio da cor. Identidade, Raça e Gênero no Brasil*. São Paulo. Summus. 2003.
- OLIVEIRA, Eduardo de.** *Quem é quem na Negritude Brasileira: Volume I/organizado por São Paulo*. 1988
- RIO, João do.** *A Alma Encantadora das Ruas: Crônicas*. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura. Divisão de Editoração, 1995.
- RODRIGUES, Argemiro.** “*Irmãndades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos*”. In: CADERNOS DE PESQUISA – Fundação Carlos Chagas. Novembro n. 63, 1976. São Paulo.
- SANTOS, Joel Rufino dos.** *O Movimento Negro e a Crise Brasileira*. In: *Revista de Política e Administração*. Rio de Janeiro: 2 (2): 287 a 307. Jul. / set, 1985
- SILVA, Maria Auxiliadora Gonçalves da.** *Encontros e Desencontros de um Movimento*

- SOARES, Mariza de Carvalho.** *Devotos da Cor.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SODRE, Muniz.** *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil.* Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- PINHO, Osmano de Araújo.** *Corações e Mentes do Movimento Negro Brasileiro.* Revista Estudos Afro-Asiáticos . Vol. 24. - 2 . RJ 2002.
- PINTO, L. A. Costa,** "O negro no Rio de Janeiro" São Paulo: Cia Editora Nacional, 1952
- Jornais:**
- ALVORADA . São Paulo, maio de 1945
- ALVORADA . São Paulo, janeiro de 1948
- O CLARIM. Abril de 1935. São Paulo
- O QUILOMBO. **Vida, Problemas e Aspirações do Negro.** Edição fac-similar. Dirigida por Abdias do nascimento. Apresentação Eliza Larkin e Abdias do Nascimento; Introdução: Antonio Sérgio Guimaraes. São Paulo. Fundação de Amparo à Pesquisa. Editora 34, 2003.
- Revistas :**
- NOVO HORIZONTE. São Paulo. Ano VIII n.65 - outubro de 1954
- O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, Ano XXXVI, n.º 47, 29 de ago./1964.
- O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, Ano XXXVI, n.º 43, 01 de ago./1964.
- THOTH. Abdias Nascimento n.1 (1997) Brasília: Gabinete do Senador Abdias do Nascimento